

estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

4.2 — Não podem ser admitidos candidatos cumulativamente integrados na carreira, titulares da categoria e que executem a actividade caracterizadora do lugar (posto de trabalho) para cuja ocupação se publicita o presente concurso, e que não se encontrando em mobilidade, exerçam funções no próprio órgão ou serviço.

4.3 — O vencimento é o constante da estrutura remuneratória anexa ao Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11 e as condições de trabalho são as actualmente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

4.4 — As funções a desempenhar são as constantes do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11.

5 — Método de selecção: Avaliação curricular, ao abrigo e nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11, com os n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º e n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

5.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos que a venham a requerer.

5.2 — A classificação final dos concorrentes, resultante da aplicação do referido método de selecção, será expressa de 0 a 20 valores e ordenará os candidatos segundo a classificação decrescente obtida, de acordo com os n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante apresentação de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, I. P., sitas na Alameda Júlio Henriques, s/n 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

6.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade e Serviço de Identificação que o emitiu, ou cartão de cidadão, residência, código postal e telefone);

b) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, incluindo a indicação do *Diário da República*, número, série e data em que foi publicado o aviso;

c) Situação face à função pública, com a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria de que seja titular e serviço a que pertence;

d) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;

e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.

6.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Currículo profissional, devidamente datado e assinado, donde constem nomeadamente, elementos relativos às habilitações académicas e profissionais, funções que exerceu ou exerceu, cursos de formação, acções formativas, estágios de âmbito profissional, jornadas e congressos em que participou/realizou, com a respectiva duração.

b) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão.

c) Fotocópia do certificado das habilitações académicas (literárias).

d) Fotocópia do documento comprovativo da posse da habilitação profissional (titularidade do Grau de especialista do ramo de laboratório).

e) Declaração, emitida pelo serviço a que o candidato pertence, donde conste inequivocamente a relação jurídica de emprego que detém, bem como o tempo da experiência profissional (correspondente ao exercício de funções na carreira/categoria para que é aberto o presente concurso).

f) Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09, não é exigida a apresentação de documentos comprovativos dos requisitos gerais, bastando a declaração dos candidatos sob compromisso de honra no próprio requerimento.

7 — Da relação de candidatos admitidos e excluídos, bem como da lista de classificação final do concurso, serão os candidatos notificados nos termos dos artigos, 28.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

8 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda de Sousa Fonseca, Assessora Superior (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Vogais:

Efectivos: Maria do Rosário de Fátima Lopes de Figueiredo, Assessora Superior (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Maria de Fátima Brito dos Santos Quaresma, Assessora (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Suplentes: Isabel Maria Rodrigues Cravo, Assessora (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Ana Paula Passos Roque Costa Neves, Assessora (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

8.1 — A Presidente será substituída, nas suas faltas e impedimentos, pela vogal efectiva Maria do Rosário de Fátima Lopes de Figueiredo.

2010/10/15. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. João Pedro Pimentel*.

203856665

Aviso n.º 21907/2010

Concurso Interno Geral de Ingresso para preenchimento de um lugar (posto de trabalho) da categoria de Assistente (Ramo de Laboratório), da Carreira dos Técnicos Superiores de Saúde.

1 — Ao abrigo dos Decretos-Leis n.os, 414/91, de 22/10, 501/99, de 19/11, 213/2000, de 02/09, Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17 de Agosto de 2010, do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de quinze dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso, para preenchimento de um lugar (posto de trabalho) na categoria de Assistente, da carreira (não revista) dos Técnicos Superiores de Saúde, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. (Laboratório de Saúde Pública de Viseu).

2 — Validade do concurso: Este concurso é apenas válido para a ocupação do lugar referido, caducando com o seu preenchimento.

3 — Local de trabalho: Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. (Laboratório de Saúde Pública) — Viseu.

4 — Requisitos gerais: Os constantes do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

4.1 — Requisitos especiais: Os constantes do do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11, habilitados com uma das licenciaturas constantes do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11 e com o grau de especialista do ramo de laboratório, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

4.2 — Não podem ser admitidos candidatos cumulativamente integrados na carreira, titulares da categoria e que executem a actividade caracterizadora do lugar (posto de trabalho) para cuja ocupação se publicita o presente concurso, e que não se encontrando em mobilidade, exerçam funções no próprio órgão ou serviço.

4.3 — O vencimento é o constante da estrutura remuneratória anexa ao Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11 e as condições de trabalho são as actualmente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

4.4 — As funções a desempenhar são as constantes do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11.

5 — Método de selecção: Avaliação curricular, ao abrigo e nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22/10, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19/11, com os n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º e n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

5.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos que a venham a requerer.

5.2 — A classificação final dos concorrentes, resultante da aplicação do referido método de selecção, será expressa de 0 a 20 valores e ordenará os candidatos segundo a classificação decrescente obtida, de acordo com os n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante apresentação de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, I. P., sitas na Alameda

Júlio Henriques, s/n 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

6.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade e Serviço de Identificação que o emitiu, ou cartão de cidadão, residência, código postal e telefone);

b) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, incluindo a indicação do *Diário da República*, número, série e data em que foi publicado o aviso;

c) Situação face à função pública, com a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria de que seja titular e serviço a que pertence;

d) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;

e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.

6.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Currículo profissional, devidamente datado e assinado, donde constem nomeadamente, elementos relativos às habilitações académicas e profissionais, funções que exerce ou exerceu, cursos de formação, acções formativas, estágios de âmbito profissional, jornadas e congressos em que participou/realizou, com a respectiva duração.

b) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão.

c) Fotocópia do certificado das habilitações académicas (literárias).

d) Fotocópia do documento comprovativo da posse da habilitação profissional (titularidade do Grau de especialista do ramo de laboratório).

e) Declaração, emitida pelo serviço a que o candidato pertence, donde conste inequivocamente a relação jurídica de emprego que detém, bem como o tempo da experiência profissional (correspondente ao exercício de funções na carreira/categoria para que é aberto o presente concurso).

f) Nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09, não é exigida a apresentação de documentos comprovativos dos requisitos gerais, bastando a declaração dos candidatos sob compromisso de honra no próprio requerimento.

7 — Da relação de candidatos admitidos e excluídos, bem como da lista de classificação final do concurso, serão os candidatos notificados nos termos dos artigos, 28.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 02/09.

8 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda de Sousa Fonseca, Assessora Superior (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Vogais:

Efectivos: Maria do Rosário de Fátima Lopes de Figueiredo, Assessora Superior (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Maria de Fátima Brito dos Santos Quaresma, Assessora (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Suplentes: Isabel Maria Rodrigues Cravo, Assessora (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

Ana Paula Passos Roque Costa Neves, Assessora (Ramo de Laboratório) da ARSC, I. P.

8.1 — A Presidente será substituída, nas suas faltas e impedimentos, pela vogal efectiva Maria do Rosário de Fátima Lopes de Figueiredo.

2010/10/15. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. João Pedro Pimentel*.

203856543

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Despacho (extracto) n.º 16519/2010

Por despacho da Vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 14-06-2010:

Maria Margarida Pereira de Sousa Reis, enfermeira especialista, pertencente ao mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste II — Oeste Sul — autorizada a consolidação da mobilidade, para exercer funções no Agrupamento de Centros de Saúde da Grande

Lisboa VI — Loures/Centro de Saúde de Sacavém-USF de S. João da Talha, nos termos do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Lisboa, 10 de Setembro de 2010. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Luís Anastácio Ferreira Afonso*.

203855709

Listagem (extracto) n.º 184/2010

Relação de Candidatos Admitidos e Excluídos ao Procedimento Concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho para a categoria de técnico de 2.ª classe da área de Higiene Oral, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento dos Centros de Saúde Oeste II — Sul, Aviso n.º 15665/2010, publicado no DR n.º 152 a 6 de Agosto de 2010:

Ana Catarina Silva Moura — Excluído a)
Ana Raquel Ramos Delgado — Admitido
Ana Sofia Lourenço Valongo — Admitido
Ângela Filipa Ribeiro do Couto — Admitido
Fábio André Pereira Luís — Excluído a)
Inês da Graça Gonçalves — Excluído a)
Liliana Patrícia Luís Azinheira — Admitido
Maria Inês Carreira Paulo — Admitido
Marisa Raquel Correia Pereira Almeida — Admitido
Sílvia Nunes Baptista — Admitido
Sónia Patrícia Pinto Monteiro — Excluído a)
Ana Catarina Silva Moura — Excluído a)
Ana Raquel Ramos Delgado — Admitido
Ana Sofia Lourenço Valongo — Admitido
Ângela Filipa Ribeiro do Couto — Admitido
Fábio André Pereira Luís — Excluído a)
Inês da Graça Gonçalves — Excluído a)
Liliana Patrícia Luís Azinheira — Admitido
Maria Inês Carreira Paulo — Admitido
Marisa Raquel Correia Pereira Almeida — Admitido
Sílvia Nunes Baptista — Admitido
Sónia Patrícia Pinto Monteiro — Excluído a)

a) O Candidato(a) não apresenta os Requisitos de Admissão ao Procedimento Concursal, de acordo com os Pontos 5 e 6.1 alínea f).

Arruda dos Vinhos, 07 de Outubro de 2010. — A Presidente de Júri, *Ana Raquel Soares da Silva Stoltenborg*.

203857045

Centro de Histocompatibilidade do Sul

Despacho (extracto) n.º 16520/2010

Por despacho do Director de 20 de Outubro de 2010:

Josefina Maria Freitas Delgado Oliveira, assessora superior de saúde do mapa de pessoal de Centro de Histocompatibilidade do Sul, autorizada a atribuição do regime de horário acrescido de 42h/semanais, com efeitos a 01 de Novembro de 2010, de acordo com o estipulado nos artigos 29.º a 31.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro.

Lisboa, 21 de Outubro de 2010. — O Director, *Helder Fernando Branco Trindade*.

203843072

Centro Hospitalar de Torres Vedras

Aviso n.º 21908/2010

Nos termos do artigo 91.º e n.º 2 do artigo 109.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27-02, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Centro Hospitalar, com efeitos a 27 de Março de 2010, em regime de tempo completo de 35 horas semanais, com o seguinte Assistente da Carreira Médica Hospitalar:

Henrique Vieira Mascarenhas — Assistente Hospitalar de Ortopedia.

Torres Vedras, 25 de Outubro de 2010. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. José Manuel Gonçalves André*.

203856973